

## Pensando emoções: reflexões sobre emoções, gênero e movimentos sociais

Thinking emotions: reflections on emotions, gender and social movements

*Bianca Retes Carvalho*<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca refletir sobre emoções, gênero e o fazer do Estado. Através de perspectivas antropológicas, trata sobre movimentos sociais atrelados a posicionamentos morais e trabalhos emocionais. A análise é feita através de uma etnografia da mobilização de mães na efetivação de direitos e espaços inclusivos para pessoas com autismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais. Mães. Emoções.

### ABSTRACT

This article seeks to reflect on emotions, gender and the work of the State. Through anthropological perspectives, it deals with social movements linked to moral positions and emotional work. The analysis is done through an ethnography of mothers's mobilization in the making of rights and inclusive spaces for people with autism.

**KEYWORDS:** Social Movements. Mothers. Emotions.

\* \* \*

### Introdução

A antropologia tem se debruçado cada vez mais em análises de movimentos sociais e seus diversos recortes. As implicações entre ações da sociedade civil e construção de políticas públicas têm destaque nas investigações etnográficas que concerne às temáticas das políticas e dos direitos. A antropologia então aparece como uma forma de apreensão dessas ações políticas, evidenciando não apenas as construções da democracia, suas

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidades (GESEX). Bolsista CAPES. E-mail: [biaretetes@hotmail.com](mailto:biaretetes@hotmail.com) ou [biancaretetes@ufmg.br](mailto:biancaretetes@ufmg.br)

transformações e retrocessos, mas com enfoque também nas perspectivas dos interlocutores.

A antropologia permite explorar processos materiais, sociais e simbólicos nos quais os grupos estão envolvidos, compreendendo os movimentos sociais em transformação, ou como aponta Márcio Goldman, olhando para “linhas de fuga” e “territórios existenciais que são construídos” (GOLDMAN, 2007, p.16). Diante de ações políticas frente ao Estado, é preciso também refletir sobre questões que são consideradas da ordem da subjetividade e da performance dos sujeitos. Entendo que a política não está atrelada unicamente ao Estado, mas também perpassa pela dimensão da vida e da construção dos sujeitos.

Dessa forma, para além das análises antropológicas referentes aos movimentos sociais e os entraves sociopolíticos, a antropologia pode atuar como uma ferramenta de análise desses movimentos e os agentes por trás das transformações socioculturais. Este artigo busca abordar uma das possibilidades investigativas desses movimentos sociais.

A antropologia das emoções, como um campo, ganha força na década de 1980, nos Estados Unidos. Com um lastro nas antropologias feministas e nas obras de Michel Foucault – ressaltando as análises de discursos – as emoções se tornaram objeto de estudo sendo essencializadas, historicizadas, relativizadas e contextualizadas (ABU-LUGHOD & LUTZ, 1990, p.1).

Aborgadens das emoções tem sido realizadas nas mais heterogêneas etnografias. Mas como defendido por Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz, as perspectivas mais promissoras das categorias emocionais tem sido focalizar o discurso social, ou seja, explorar as formas múltiplas em que as emoções ganham sentidos e entender seus contextos e performances no domínio público do discurso (ABU-LUGHOD & LUTZ, 1990, p.7) que constitui os objetos do qual se fala, assim como o sujeito que fala.

Este artigo é um recorte analítico de uma etnografia ainda em andamento, um recorte acerca das questões de gênero, emoções, moralidades e o fazer do Estado através dos movimentos sociais. A etnografia tem sido

realizada junto a uma associação<sup>2</sup> para familiares de pessoas com autismo, em uma capital brasileira<sup>3</sup>. A associação tem como finalidade o acolhimento de mães e pais de pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista<sup>4</sup>. Buscam também divulgação, informação e capacitação a respeito da causa. A associação trabalha principalmente com o acolhimento, mas há também diversas ações voltadas para a esfera pública, seja através da atuação dentro da prefeitura municipal, como em eventos e divulgações que buscam atingir um público mais amplo.

A etnografia se *multisituou* com o decorrer da pesquisa, permitindo também um acompanhamento de conselhos e fóruns municipais, tornando as reflexões aqui expostas ainda mais abrangentes. A questão de gênero também é central para esta análise, já que a maior parte dos sujeitos envolvidos nas mobilizações por direitos das pessoas com autismo, ou na construção de associações para acolhimento, são mulheres e mães.

São as ações públicas e políticas, mas também as performances do acolhimento, que tomo neste trabalho para investigar os modos como estratégias de ação são acionadas, sejam por meio de atributos de moralidade incorporados e ressignificados, assim como discursos emocionais reiterados ou contestados.

Evidencio o caráter emocional, em oposição à racionalidade pressuposta do Estado, mas entendo que o estudo das emoções perpassam por um paradoxo da universalidade das emoções. É preciso compreender que os “estados emotivos” se enquadram mais em um “colorido emocional” do que em definições fechadas, onde emoções agem até de forma complementar, mesmo

---

<sup>2</sup> Associações, segundo o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002, art 53), são caracterizadas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.

<sup>3</sup> Nomes das associações, coletivos e pessoas entrevistadas não serão aqui mencionados por questões éticas.

<sup>4</sup> O espectro autista é caracterizado como um transtorno de neurodesenvolvimento com alterações em diferentes graus nas áreas de comunicação e sociabilidade, podendo apresentar comprometimentos intelectuais, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11).

que à princípio sejam vistas como contraditórias. Parto da ideia dessas emoções marcadas socialmente que fazem sentido nas convenções culturais. Assim, busco uma investigação das emoções, atreladas a construções sociais sobre o gênero em relação com as mobilizações por direitos e a interação com o Estado – e seus agentes. Os objetos de minha análise são situações sociais em que coloco as emoções em perspectiva. Por isso, minhas reflexões aqui apresentadas são resultado de análises em cenas de interação e contextos específicos de contato entre mães e outros interlocutores: outras mães, pais, agentes do Estado, pessoas sem conhecimento da causa, dentre outros envolvidos.

Em síntese, neste artigo trago considerações teóricas sobre emoções, gênero e o fazer do Estado. Através de perspectivas antropológicas, discorro sobre a polissemia do campo dos direitos e as mobilizações coletivas. Descrevo parte de minha etnografia para demonstrar como as lutas dos movimentos sociais borram as fronteiras entre o público e o privado. E através das teorizações dos discursos emocionais, trato do caráter político das emoções e dos acionamentos da emoção como forma de agenciamento contra-hegemônico. Como plano de fundo a todas essas análises, as questões de gênero, evidenciadas pelo papel social da maternidade, são fundamentais para compreender como se constituem autoridades morais e quais os jogos de poder acionados na luta de direitos. Penso que as reflexões aqui levantadas corroboram para a teoria de que há um duplo fazer do gênero e do Estado (VIANNA & LOWENKRON, 2017).

### **Direitos, políticas e afetos**

Um cenário que compõe práticas cotidianas, situações sociais diversas, contextos de disputas, burocracias e políticas públicas está longe de se conformar como um contexto simples e coerente. Mas aqui a incoerência é parte significativa da construção de experiências sociais relativas aos

direitos<sup>5</sup>. Como bem aponta Adriana Vianna (2013), várias são as esferas que se entrelaçam na produção das “gramáticas dos direitos”; sejam elas esferas institucionais, mobilizações políticas, estratégias coletivas, ou mesmo dramas morais e sofrimentos pessoais (2013, p.15). Seja através das obrigações do Estado – enquanto uma figura ideológica-representacional<sup>6</sup> – ou das ações de uma sociedade plural, essas disputas admitem a existência de uma “justiça final” que pode e deve – moralmente – ser encontrada.

O que a princípio parece dissonante, como a relação entre as categorias administrativas do Estado e a linguagem dos afetos, se revela como convergente na construção de um campo polissêmico que é o campo dos direitos. Assim, a relação que se estabelece entre Estado e a polissemia de direitos é um projeto de incompletude perpétua (VIANNA, 2013, p.32) que é efetivado nas práticas cotidianas dos sujeitos e melhor observado nas margens dessa centralidade institucionalizada, margens que “atravessam o corpo político como rios atravessam um território” (DAS, 2007, p.183, tradução minha). Os embates na busca de direitos configuram contextos de ações contra e com o Estado, em uma percepção desse mesmo Estado como simultaneamente ameaça e garantia (DAS, 2007, p.181).

Nesses palcos de disputas entre as experiências pessoais e a mobilização de direitos, são os acionamentos de estratégias e jogos morais reveladores dessas dinâmicas sociais e da composição de sujeitos. Vianna afirma que a linguagem dos direitos não só subscreve disputas por versões,

---

<sup>5</sup> Não pretendo neste artigo definir quais são os direitos almejados pelas mães no meu campo de pesquisa, muito menos elaborar a legitimidade deles frente a um sistema democrático. Como aponta Rita Segato (2006), a busca por direitos reflete uma insatisfação ética que há dentro dos contornos da cultura. A abordagem sobre os direitos, em especial os direitos humanos, dentro da Antropologia é uma temática repleta de controvérsias. Para pensar as críticas e reflexões sobre a universalidade dos direitos humanos, ver SOARES & GUINDAM (2010).

<sup>6</sup> Com uma proposta diferente, Veena Das (2007) definirá o Estado não apenas como uma organização racional burocrática representativa, “mas uma forma de regulação que oscila entre um modo racional de ser e um modo mágico de ser” (DAS, 2007, p.162, tradução minha). Sobre essa forma, a autora evidencia seu caráter não transparente, com práticas alinhadas ao exercício do poder, e principalmente, com consequências reais na vida das pessoas. Assim, a autora encara essa “assinatura do Estado” nas práticas cotidianas.

visões, formas e medidas corretas de ação, mas reafirmam divergências morais que são componentes das mobilizações políticas e corroboram para a presença de novos sujeitos nas cenas públicas (2013, p.16).

Dessa forma, são as fronteiras imaginadas entre Estado e sociedade, assim como o processo contínuo de construção dos limites dos “direitos” que se constituem contextos políticos e sujeitos. Nesse panorama, a Antropologia<sup>7</sup> se estabelece na tentativa de retomar essas materialidades e subjetividades que se produzem na organização de atores sociais e ações para a promoção de direitos. Ou ainda, retomar esses processos – de alianças ou rupturas – de entrelaçamento de coletividades. “[...] O que está em jogo é a crescente utilização de espaços de contradição inerentes ao universo dos “direitos” por atores sociais posicionados”, como reconhece Vianna (2013, p.29).

Através dessas perspectivas é possível traçar reflexões das mobilizações coletivas e dos movimentos sociais. A transformação da multiplicidade de experiências em “casos” e “causas”, através da gramática dos direitos, “pessoas de carne e osso, objeto de afetos e desafetos” se tornam figuras centrais de discursos e ações políticas (VIANNA, 2013, p.22).

## **Mobilizando ações**

James Jasper (2016), em seus estudos sobre movimentos sociais<sup>8</sup> e protestos, através de um apanhado teórico sobre o tema, demonstra como a análise desses coletivos precisa estar englobada não em uma teoria de estrutura, mas em uma teoria de ação. Seja através de abordagens sociológicas racionalistas, estruturais ou históricas, a demanda por ênfases

---

<sup>7</sup> Muitas discussões e críticas acerca de uma Antropologia Política, ou uma Antropologia no/do Estado também foram feitas, mas não pretendo aprofundar sobre o tema neste trabalho. Para referências sobre a teoria antropológica referente ao Estado ver THOMASSEN, 2008.

<sup>8</sup> Formas de protestos sempre existiram, mas como demarca James Jasper, o movimento social, tal como reconhecemos hoje, surgiu no mundo moderno. Podendo ser datado do final do século XVIII, em protestos na Grã-Bretanha e Estados Unidos contra os parlamentos. Para mais referências históricas sobre movimento sociais, ver JASPER, 2016.

analíticas também sobre os processos culturais (JASPER, 2016, p.52) tem revelado as complexas visões morais e as diversas compreensões relacionais. As teorias que visam os processos macro-históricos-sociais se tornam escassas diante dos significados que os movimentos e os sujeitos revelam, se tornam limitadas diante das interações construídas como ações políticas (JASPER, 2016, p.59).

Assim, como defendido pelo autor, os movimentos sociais podem ser entendidos como uma reunião de sujeitos complexos, em um repertório cultural específico, que se mobilizam, com suas vozes e seus corpos – com suas políticas corporificadas – em busca do atendimento de demandas específicas que contribuam para a construção de cidadania e reformulação das práticas sociais. Para tanto, pensar movimentos sociais requer um olhar sobre as *ações corporificadas*, em *lugares* determinados, a partir de arcabouços de *significados* específicos (JASPER, 2016, p.56).

Considerando essas definições de Jasper, contextualizo minha pesquisa. Até o momento em que este trabalho criou suas formas textuais, participei durante um ano de encontros quinzenais da associação para familiares de pessoas com autismo. Aconteceram ainda eventos de conscientização em locais públicos, palestras que abordaram maternidades e cuidados, e uma gama de ações acerca de políticas públicas de inclusão.

Os encontros promovidos pela associação se caracterizam primariamente como um espaço seguro de acolhida para mães e pais de pessoas com autismo. Esses encontros também acontecem para a gestão do grupo, incluindo planejamentos e mobilizações de ações, como palestras e mediações de contratação com empresas parceiras, atuações na esfera pública, além de eventuais participações em comunicações acerca de inclusão e acessibilidade em cenários diversos<sup>9</sup>. O que, à princípio, se caracterizava

---

<sup>9</sup> Em meio a essas reuniões, o contexto de pandemia do covid-19 causou uma reconfiguração das atuações da associação, mas não cessou sua atividade: seja através de eventos de ampla divulgação em redes sociais, ou de inserção em conselhos municipais, os integrantes da associação permaneceram atuantes.

como um único trabalho da associação, se apresentou como uma rede de acolhimento e mobilização acerca da *causa do autismo*<sup>10</sup>. Essas redes expressam o caráter de mobilização pública através de arenas de aparecimento distintas e, portanto, distintas ações políticas.

Enquanto seguia os percursos e percalços das apreensões de diagnósticos tardios, busca por médicos e profissionais, embates do cotidiano, angústias da solidão materna, conquistas celebradas; em cada decisão, riso ou “coração apertado”, os relatos perpassavam por questões que ora adentravam o espaço da casa, do privado, dos sussurros; ora se firmava no público, na busca de efetivação de espaços reconhecidos e direitos inclusivos. Assim, a cada encontro havia mais sobre mãos que carregam, que *ensinam, estimulam, treinam, medicam, pesquisam*<sup>11</sup>, mãos que cuidam. Mas essas mesmas mãos, fazem parte de um corpo-cuidador que eleva a voz nas escolas, nas clínicas, nas universidades, nos espaços públicos, na garantia desses direitos e nas experiências respeitadas pela neurodiversidade. Têm-se assim, redes de relações de dupla posição: aqueles que de acordo com normas culturais são responsáveis pelos cuidados de seus filhos e filhas com diagnóstico, mas também aqueles que são vítimas indiretas de dramas sociais e morais envolvidos nas experiências neurodiversas e que se mobilizam na construção de novas práticas e normas sociais.

[...] termos como “buscar os direitos” ou “conhecer/não conhecer os direitos”, que aparecem em situações etnográficas distintas, fala-nos não somente do controle da legislação, mas desse aprendizado surgido das arriscadas e às vezes penosas interações com aqueles que ocupam de algum modo o lugar de “autoridades”. A denúncia da indiferença, insensibilidade, desconsideração ou mesmo má-fé identificadas em funcionários, policiais, médicos e psicólogos de serviços de saúde e projetos sociais, bem como em muitos outros ocupantes

---

<sup>10</sup> Utilizo aqui uma expressão acionada por meus interlocutores na pesquisa.

<sup>11</sup> Descrevo aqui ações que apareceram como formas de cuidado nas próprias narrativas das mães e pais durante as reuniões.



dessas posições de autoridade, torna-se parte do horizonte dos direitos a serem buscados e defendidos. Os relatos em torno das experiências e sensações de desrespeito têm papel importante na cotidianização e subjetivação da própria ideia de direitos, estabelecendo, portanto, uma espécie de biografia não só do engajamento, mas da transformação profunda de cada um (VIANNA, 2013, p.25-26).

*“Falar da história do autismo é falar do cuidado e iniciativa de mães”*, foi assim que uma conversa sobre a história do diagnóstico do autismo terminou em uma das reuniões. Constantemente o papel de cuidado relacionado às questões domésticas é acionado pelas mães, sendo, inclusive, maioria nesses movimentos sobre o autismo. Mesmo com a participação ativa e de frente de alguns pais, às mães são colocadas as responsabilidades do conhecimento das rotinas domésticas, assim como as rotinas médicas, escolares e de trabalho. Constantemente o *afeto*, o *amor* e a *preocupação* são acionados, e mais precisamente, a relação de parentalidade, a maternidade (e suas “virtudes”), é entendida como “naturalmente apta” ao cuidado e responsabilidades externas.

As maternidades – em suas pluralidades – são parte de representações sociais associadas ao cuidado. Como aponta Soares e Carvalho (2017, p.2) às mães são atribuídas as atividades de cuidado, tanto no espaço privado, quanto no espaço público. Dessa forma, às mulheres tem sido dado, histórica e culturalmente, o encargo do cuidado pelas dependências, e também pelas deficiências<sup>12</sup>. Entretanto, imbricado nessas responsabilidades acionadas em um papel de gênero, como já apontado por diversos estudos feministas, o cuidado mencionado na fala sobre a história do autismo não se limita a algo doméstico.

Assim retomo, falar do autismo é falar do cuidado de mães. Mas não apenas um cuidado no âmbito privado, este cuidado se materializa em ações

---

<sup>12</sup> Soares & Carvalho (2017) apontam de forma precisa para essas abordagens das dependências e deficiências e estudos de gênero.

que buscam romper com as paredes da casa e com as construções sociais limitantes do diagnóstico de autismo. A associação se constitui, então, como uma rede de apoio, já não mais um espaço de responsabilidades maternas, mas uma rede com possibilidade de participação social e política, como um importante elemento no processo de ruptura com a condição de invisibilidade social.

Surgindo da angústia de mães diante do diagnóstico de seus filhos, reuniões informais com mulheres deram início a este movimento. Essas mesmas mulheres acolheram outras mães, outras famílias, mas também buscaram juntar vozes que ecoassem dentro de escolas e universidades e também nos palcos do poder público. Mas essa busca por conhecimento, auxílio e efetivação de direitos, não é diminuta em reuniões informais de mães preocupadas. Uma *malha*<sup>13</sup> se estende sobre a questão e um espaço político de reivindicação de direitos de inclusão e acessibilidade para pessoas com autismo conforma um movimento social frente às políticas públicas. Diversas organizações e grupos informais se mobilizavam e continuam se mobilizando ainda hoje na busca por uma construção democrática dos espaços à neurodiversidade. O grupo, junto a outros atores sociais, criou alianças<sup>14</sup> que se configuram como um movimento social pela *causa do autismo*.

A pesquisa etnográfica mostrou uma diversidade de coletivos, com caráter semelhante: formados por mães e pais (alguns exclusivamente por mães) que se mobilizam em espaços públicos na efetivação de direitos para filhos e filhas neurodiversos ou outras corporeidades diversas. Há ainda relações recíprocas entre esses grupos, assim estabelecendo o que coloco como

---

<sup>13</sup> Tomo aqui a ideia de *meshwork* de Tim Ingold (2012), como um emaranhado de fios entrelaçados. Assim como Kaito Novais explora o conceito em seu trabalho com o *Mães pela Diversidade*, a ideia de malha consiste no coletivo desenhado à imagem de um tecido, cuja estrutura composta pela sobreposição e atravessamento de múltiplos filamentos políticos-emotivos indicam trajetórias de vidas e suas lutas (NOVAIS, 2018, p.45-46)

<sup>14</sup> Mesmo que em outro contexto, a ideia de *alianças* de Judith Butler (2015) pode aqui ser acionada. Enquanto corpos que, com suas subjetividades e posições sociais específicas e diversas, se aliam na reconfiguração do espaço público e das esferas de aparecimento.

*malha*. Junto às associações, instituições estatais se juntam à *causa*, evidenciando o caráter do Estado também como garantia. Dessa forma, temos uma construção democrática através de coletivos permeados pela parentalidade, pelos afetos e emoções, pelas demandas políticas, pelos direitos, pela inclusão e acessibilidade.

Nessa mútua confecção de *amor* e *luta*, que representam o trânsito entre a emoção e a política, o individual e o coletivo, o familiar e o social, a casa e a rua, a malha de mães se ramifica, se espalha, se comunica – embora, por vezes, também venha a colidir e arrebentar – e, por fim, *segue* caminho. Trata-se, afinal, de um devir de linhas: ou ainda, um *movimento social* (NOVAIS, 2018, p.46).

## **Emoções e suas políticas**

Movimentos que são constituídos de pessoas de “carne e osso, afetos e desafetos” levam a considerações não só das práticas concretas e das ações instituídas, mas permeiam essas subjetividades dos corpos, esses sentimentos e emoções. Movimentos sociais são mobilizados por emoções específicas, seja a indignação, a raiva, a tristeza, ou também o amor e a motivação.

Os estudos das emoções pela investigação antropológica buscam evidenciar essas relações entre as emoções, a sociedade e os significados culturais. Através de contextualização de discursos morais, Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) explicitam como a emoção também diz respeito à vida social e não somente a estados internos, irracionais e naturais, tais como defendidos em abordagens psicológicas ou em estudos essencialistas. A análise do envolvimento dos discursos emocionais com questões de sociabilidade e poder, através da riqueza de situações sociais específicas, permite compreender a *linguagem das emoções, as políticas da vida cotidiana* (ABU-LUGHOD & LUTZ, 1990, p.1). Esses discursos, como defendem as autoras com base no conceito de *discurso* foucaultiano, assinalam uma

linguagem que é falada, utilizada, manipulada em contextos específicos, não só um código estático desatrelado às práticas sociais (1990, p.7).

Dessa forma, a emoção como prática discursiva, motivada por atos pragmáticos e performances comunicativas delimitadas culturalmente (ABU-LUGHOD & LUTZ, 1990, p.11), pode ser vista como componente de mobilização política. O discurso emocional como um modo de ação social que cria efeitos no mundo, “pode servir enquanto um idioma para comunicar não necessariamente sensações, mas assuntos diversos, tal como o conflito social, papéis de gênero ou a natureza da pessoa ideal ou desviante” (1990, p.11).

Retomo a noção de *micropolítica das emoções*, de Rezende e Coelho (2010), para evidenciar o caráter estratégico da dedicação às emoções, nos discursos em esferas públicas, por coletivos e movimentos sociais nesses jogos de poder e esferas de aparecimento. Tal como enunciado por Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010), a política das emoções tem o potencial de dramatizar, alterar ou reforçar dimensões macrossociais vivenciadas (2010, p.63). Concomitantemente, as emoções são expressão dos códigos históricos e culturais específicos, ou ainda, suas formas de contação também expressam performances corporais específicas determinadas socialmente. A força do Estado, por exemplo, demanda uma suposta racionalidade ou neutralidade, mas o que vemos, é a constituição do Estado entremeada a emoções das mais diversas ordens. São nessas conformações sociais que “as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre grupos sociais” (REZENDE & COELHO, 2010, p.66). Assim, as emoções estrategicamente instigadas em esferas públicas na interação com o Estado são ainda um discurso contra-hegemônico.

É neste viés que emprego o conceito de *trabalho emocional* de Arlie Hochschild (2013) como a utilização de discursos emocionais nas ações políticas. A autora defende que a estrutura social, regras de sentimento, gerenciamento emocional e experiências emotivas estão inter-relacionadas culminando em *convenções de sentimentos* (2013, p.169-170). Essas mesmas

regras de sentimentos refletem padrões de pertencimento e enquadramento social além de evidenciarem posturas ideológicas. O trabalho emocional diz respeito ao ato de tentar mudar, em grau e qualidade, uma emoção e sentimento (HOCHSCHILD, 2013, p.184-185). Entretanto, a autora também demonstra como o trabalho emocional pode ser uma forma de referência a posicionamentos ideológicos e políticos específicos (2013, p.196), aqui relacionando com o gerenciamento de emoções por parte de movimentos sociais, tais como descrito por Carla Gomes (2017, p.241). Ou como coloca Hochschild, “as leis que orientam emoções podem se tornar, em graus variados, a arena de luta política” (2013, p.197).

Compreendo que o *trabalho emocional*, descrito sociologicamente por Hochschild, pode ser visto na dupla relação entre razão e emoção, transgredindo as fronteiras dessas dimensões cognitivas, corpóreas e expressivas. Por conta disso, esse gerenciamento se coloca como o discurso contra-hegemônico da racionalidade da esfera pública, referenciada aqui como o Estado<sup>15</sup>. Tomando como exemplo as ações da associação aqui em investigação, e principalmente os discursos das mães tanto em acolhimentos como nas esferas públicas, os discursos emocionais são a abertura das falas, entremeados pela apresentação do amor, da angústia, da preocupação, da esperança, assim como são o acionamento de sentimentos morais, tais como a compaixão e a empatia<sup>16</sup>.

## **Gênero, moral e estratégias de ação**

---

<sup>15</sup> Para Vianna e Farias (2011), “o Estado” é visto como masculino em oposição a figuras eminentemente femininas: as mães (2011, p.93). Vianna e Lowenkron (2017) aprofundam sobre essa representação do Estado constituída atrelada às relações de gênero; tal como problematizado nesta pesquisa, o Estado não é a representação neutra e racional como se pressupõe, mas é parte de um “duplo fazer do gênero e do Estado”.

<sup>16</sup> Candace Clark (1997), em seu trabalho sobre micropolíticas e simpatia, discorre como a simpatia/empatia/compaixão cria fronteiras morais e, portanto, age como um sentimento de estabelecimento de alteridade.

Para além dos claros objetivos políticos, as experiências dos sujeitos, suas práticas cotidianas e relações interpessoais são fundamentais no entendimento de movimentos sociais, assim como a investigação de suas demandas e questionamentos propulsores. A constituição dos sujeitos dentro dos movimentos, com suas corporificações e subjetivações, é resultado de marcas de geração, raça, classe, gênero, sexualidade e deficiências. Os marcadores de diferenças são constituintes dos projetos políticos, por exemplo: marcadores de classe configuram movimentos sociais de trabalhadores; marcadores de gênero e sexualidade tangem movimentos feministas e LGBTQ+; marcadores de raça levam a movimentos negros. Mas é preciso compreender que dentro de um mesmo movimento, vários desses marcadores se entrelaçam, se reconfiguram, abarcam significados distintos, com sujeitos diversos. São essas marcas que permitem um estudo aprofundado das interseccionalidades dos movimentos sociais, percebendo também essa dimensão das experiências dos sujeitos em uma ação coletiva.

Por conseguinte, as diferentes formas em que esses corpos e emoções são constituídos dentro do coletivo, estabelecem diferentes projetos políticos, “o que afeta a própria configuração das redes e da política identitária desses movimentos” (GOMES, 2017, p.234), ou seja, o que corrobora para os processos de identificação e diferenciação, assim como alianças e rupturas com outros atores sociais.

Dessa forma, partindo dos marcadores da diferença, a associação toma um lugar social muito específico. Mulheres, mães, de classe média, foram as responsáveis pela mobilização de um grupo com demandas acerca de informação e assistência para pessoas com deficiência intelectual. Assim, essas mulheres-mães assumem uma posição social específica quando em esfera pública. Mas há um reconhecimento desses marcadores – e privilégios imbricados – dentro do próprio movimento, e é diante disso que algumas

vertentes da mobilização se concretizam, e *alianças* são criadas transformando a expressão identitária do coletivo<sup>17</sup>.

Uma vasta bibliografia antropológica<sup>18</sup> tem demonstrado que as relações de maternidade tem, em contextos diversos, sido geradoras de demandas sociais, e conseqüentemente, suporte de movimentos sociais. Muitos desses movimentos, como apontado por Kaito Novais, constituem suas políticas através do acionamento dessas maternidades (2018, p.41). Parto aqui para as reflexões acerca dessa maternidade agenciada como impulsionadora da coletividade e das ações políticas e sociais.

A literatura antropológica já tem evidenciado que tratar de movimentos sociais iniciados por mães é falar também da relação entre o público e o privado, entre a casa e a rua. As diversas *arenas* de atuação dos grupos evidenciam seus projetos políticos e suas formas de mobilização. Movimentos que partem da luta de mães, não só revelam uma reconfiguração dos papéis sociais, imbricados no gênero, como uma (re)apresentação do doméstico e do que constitui a determinação desse espaço para além da materialidade. Assim como afirma Judith Butler (2015) sobre as experiências de movimentos, a política não é algo definido como exclusivamente da esfera pública, ela já existe dentro de casa, nas ruas, ou nas vizinhanças, portanto a política é algo que cruza sucessivas vezes as fronteiras do público e do privado (2015, p.71).

---

<sup>17</sup> Tomemos como exemplo a questão do gênero e mais especificamente, o papel social acionado pela maternidade. Com o decorrer dos anos, pais e outros familiares fizeram parte de reuniões e eventos da associação, e desde então, o convite e chamada para pais participarem tem sido parte do repertório de ações políticas. Uma chamada que, como afirmado pelas próprias interlocutoras, se molda na busca por inclusão e responsabilização dos pais nessas práticas do cuidado e da mobilização por direitos. Atualmente, um pai toma a frente do coletivo e assume as responsabilidades formais pela associação de forma muito atuante.

<sup>18</sup> LEITE, 2004; MÃES DE MAIO, 2011; VIANNA & FARIAS, 2011; BRITES & FONSECA, 2013; NOVAIS; 2018; dentre outras bibliografias.

Kaito Novais (2018), trabalhando com mulheres do Mães pela Diversidade<sup>19</sup>, demonstra como em movimentos deste tipo a *casa* se revela como o primeiro local de enfrentamento pelas mães. No contexto deste presente trabalho, as mães muitas vezes afirmam como a relação com os outros familiares diante do diagnóstico de autismo de seus filhos e filhas é um processo de conflito e dor, um processo no qual cabe às mães o papel de mediação e de busca por tratamentos e informações, ao mesmo tempo em que buscam se orientar diante de uma situação inesperada e desconhecida para elas. São as casas lugares de circulação de sentimentos, e é nesse embate que se constitui uma *micropolítica das emoções* (NOVAIS, 2018, p.27). Nas palavras de Novais, é nesse lugar de *luta doméstica* que as mães fazem as primeiras militâncias pelos afetos e pelas relações (2018, p.43).

O autor defende que a circulação de histórias, as experiências individuais e o acolhimento familiar também são formas de fazer política e compor *lutas* – mesmo que não sejam reconhecidos como tal. O objetivo da associação, enquanto um espaço de acolhimento e de informação pode ser assim interpretado. As histórias que ali circulam no momento de acolhimento são motivadoras das ações nas esferas públicas. Exemplo disso, é a demanda por inserção no mercado de trabalho e inclusão profissional dos filhos e filhas que, através das narrativas e vivências das mães e pais, levaram a ações diretas em empresas e mediação profissional.

Outro aspecto relevante nessa investigação concerne aos atributos de moral evocados; trata-se de uma moralidade que, como aponta Signe Howell (1996) é constituinte do “self” e se endereça a ações no mundo, ou seja, é o que corrobora a socialidade e possibilita as relações (1996, p.9). Aqui é feito o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral (VIANNA & FARIAS, 2011, p.83). A maternidade ocupa um papel social

---

<sup>19</sup> Movimento social mobilizado por mães – e posteriormente, pais e outros apoiadores – de todo o país na luta contra a LGBTfobia e na promoção de políticas sexuais. Tem início em 2014, mas nesses poucos anos se tornou um grandioso e renomado movimento, com núcleos espalhados por todo o país em torno de uma mesma causa, uma mesma ação política.



projetado como “disciplinadora da família, socializadora de crianças e principal responsável pelo futuro da moral da nação” (BRITES & FONSECA, 2013, p.873), logo a “luta” dessas mães é instituída e legitimada pelo seu caráter “cuidador”, sendo a luta um imperativo da sua condição.

Mas é através dessas concepções morais associadas às emoções, à feminilidade, ao cuidado, que muitas vezes, as mães acionam a maternidade. As experiências pessoais são então inseridas em uma perspectiva macrossocial. E assim, um quadro oposto, mas tão complexo quanto, se instaura: a maternidade que rompe determinismos naturais e sociais, “mas que seleciona dessa noção a performance do cuidado, acolhimento, amor e diversas outras emoções ditas particularmente “maternas” para atingir e alterar o domínio político público” (NOVAIS, 2018, p.79).

Reitero como o lugar simbólico da maternidade frente às esferas públicas estão em uma ordem de processos que implicam códigos de condutas e elaboração de estratégias para se fazer ouvir. O acionamento dessa “legitimidade dos laços primordiais” (VIANNA & FARIAS, 2011, p.90) é um discurso que engloba tanto o particular, quanto uma des-singularização que conecta mães, familiares e outros sujeitos que são direta ou indiretamente atingidos pela causa, conformando outra estratégia de ação.

As emoções e suas micropolíticas, as linguagens do corpo, também são parte dessas habilidades apreendidas do se fazer ouvir. Mas a mobilização emocional, assim como os discursos e as práticas corporais performáticas, de acordo com Carla Gomes (2017), são resultados de uma seleção e definição de um repertório afetivo, não algo arbitrário ou autoevidente, sendo este repertório validado por um contexto sociocultural. Partindo das teorizações de Butler (2015), a autora enxerga também os atos corporais como performativos porque instituem o gênero, reproduzindo-o e reinventando-o.

Os corpos são assim, produtores de espaços públicos além de arcabouços para os discursos emocionais. Entender esses jogos de composição e contraposições, como colocam Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), é pensar as implicações de gênero que “modelam os corpos, as cartografias

poéticas e pragmáticas presentes nas cenas coletivas e públicas” (2011, p.85). É também delinear processos dinâmicos de construção de sujeitos que demandam posições variadas de poder e representatividade.

### **Considerações finais**

Através dessas breves reflexões analíticas advindas de uma pesquisa ainda em andamento, é possível refletir sobre perspectivas simbólicas marcadas pelo gênero, através de linguagens morais e emocionais que corroboram para a mobilização de ações políticas e sociais. Através desses discursos e políticas corporificadas, as estratégias de ação frente a atributos morais se tornam ferramenta de análise de movimentos sociais. Não pretendo aqui presumir que essas estratégias sejam acionadas de modo formalmente delimitado, ou “milimetricamente calculadas”. A partir do exposto, torna-se explícito como a relação entre racional/emocional; público/privado; sociedade/Estado; são fronteiras dinâmicas, por vezes, até mesmo híbridas.

Reitero as palavras de Adriana Vianna, não pretendo aqui encerrar o assunto ou resolver complexidades, mas construir uma etnografia

[...] com base em pessoas, coletividades, moralidades, institucionalidades e linguagens que, ao fazerem e desfazerem “direitos”, também desenham contornos e limites de mundos possíveis e imaginados (VIANNA, 2013, p.33-34).

### **Referências**

ABU-LUGHOD, Lila, e Catherine LUTZ. “Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life”, em C. Lutz e L. Abu-Lughod (orgs.), *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. *As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil*. *Análise Social*, Lisboa, n. 209, p. 858-877, dez. de 2013.

BUTLER, Judith. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street*. In *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2015.

CLARK, Candace (2018 [1997]). "Simpathy, Microhierarchy and Micropolitics" in *Misery and company: sympathy in everyday life*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

DAS, Veena. "The Signature of State: the paradox of illegibility" In *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

GOLDMAN, Marcio. *Políticas e subjetividades nos "novos movimentos culturais"*. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1, 2, p. 008-022, 2007.

GOMES, Carla de Castro. *Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, no.25, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jan-abr. 2017.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. "*Trabalho Emocional, regras de sentimento e estrutura social*" in COELHO, Maria Cláudia (org). *Estudos Sobre Interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

HOWELL, Signe. "Introduction" in Howell, S.(org.). *The Ethnography of Moralities*. Londres/Nova York: Routledge, p. 01-21, 1996.

INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. *Horizontes antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JASPER, James M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEITE, Márcia Pereira. "As mães em movimento" in BIRMAN, Patrícia & LEITE, Márcia (orgs). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

MÃES DE MAIO. *Do luto à luta: Mães de Maio*. São Paulo: Nós por nós, 2011.

NOVAIS, Kaito Campos de. *Gestos de Amor, Gestações de Lutas: Uma etnografia desenhada sobre o movimento "Mães pela Diversidade"*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Goiânia, PPGAS/ UFG, 2018.

REZENDE, Claudia B. & COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Mana, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. *Ser mãe de pessoa com deficiência: do isolamento à participação social*. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11. Florianópolis, 2017.

SOARES, Luiz Eduardo; GUINDAM, Miriam Krenzinger. *Direitos humanos e ciências sociais no Brasil*. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Ciência Política. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2010.

THOMASSEN, Bjørn. *What Kind of Political Anthropology?* International Political Anthropology, 2008, Vol. 1, No. 2, p. 263-274.

VIANNA, Adriana. *Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos*" in VIANNA, Adriana (org). O Fazer e Desfazer dos Direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2013.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. *A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional*. Cadernos Pagu, n. 37, p. 79-116, 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. *The Dual Production of Gender and State: Interconnections, materialities and languages*. Cadernos Pagu, n. 51, 2017.

Recebido em maio de 2020.  
Aprovado em julho de 2020.